

/artigos

# Uma voz que ecoa: a crítica de Francisca Senhorinha da Motta Diniz à Pseudointelectualidade

Nalberty Medeiros Santos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8501-6989>

*Universidade Estadual da Paraíba*

[nalbertymedeiros@gmail.com](mailto:nalbertymedeiros@gmail.com)

**RESUMO:** Neste artigo, meditaremos a respeito da crítica da filósofa brasileira Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910) a sociedade moderna, essa última que, contrariando os seus próprios alicerces, a saber: a razão, a ciência e a filosofia, marcou-se pelo obscurecimento. Logo, examinaremos como a filósofa percebeu a sociedade oitocentista e os intelectuais que se autodenominavam modernos. Delinaremos suas elucubrações acerca daqueles que defenderam a tese da “inferioridade feminina”, que compreenderam a mulher subsumida à “menoridade” e à “fragilidade”. Por essa razão, defenderemos que a autora se colocou contra todos os ardis utilizados pelos homens, esses que, em vista de arguir essa absurda tese, cometeram as maiores injustiças contra o sexo feminino. Por conseguinte, arguiremos que a filósofa mineira nominou tais intelectuais de pessimistas e retrógrados, ou na nossa concepção, de pseudointelectuais. Além disso, apontaremos alguns dos possíveis pensadores que se encaixam na crítica da autora, apesar de não serem mencionados pela redatora do *O Sexo Feminino* no sentido que abordaremos nesse artigo. Enfim, mostraremos que a crítica da jornalista a sociedade que se nomeava “esclarecida”, colocou em contradição os alicerces dessa mesma sociedade, proporcionando para os leitores do século XXI, uma leitura tupiniquim das antíteses e incongruências da época das “luzes”.

**Palavras-chave:** Filosofia. Literatura Brasileira. Exclusão. Esclarecimento.

## **ABSTRACT:**

In this article, we will meditate on the criticism of the Brazilian philosopher Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910) of modern society, the latter which, contrary to its own foundations, namely: reason, science and philosophy, marked itself with darkness. Soon, we will examine how the philosopher perceived the nineteenth-century

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bolsista do Programa Residência Pedagógica (2018-2020) e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (2020-2022). Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia (NEPEFIL/UEPB/CNPQ). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) pela Universidade Estadual da Paraíba.

society and the intellectuals who called themselves modern. We will outline their lucubrations about those who defended the thesis of “female inferiority”, who understood the woman subsumed to “minority” and “fragility”. For this reason, we will defend that the author was against all the ruses used by men, those who, in order to argue this absurd thesis, committed the greatest injustices against the female sex. Therefore, we will argue that the philosopher from Minas Gerais named such intellectuals pessimists and retrogrades, or in our conception, pseudo-intellectuals. In addition, we will point out some of the possible thinkers who fit the author's criticism, despite not being mentioned by the editor of *O Sexo Feminino*, in the sense that we will address in this article. Finally, we will show that the journalist's criticism of the society that called itself “enlightened”, put the foundations of that same society in contradiction, providing readers of the 21st century with a Tupiniquim reading of the antitheses and inconsistencies of the time of the “enlightenment”.

**Keywords:** Philosophy. Brazilian literature. Exclusion. Clarification.

---

### O Silenciamento das Vozes Femininas

Nesse artigo, apresentaremos as concepções da jornalista, romancista e feminista brasileira Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910)<sup>2</sup> sobre a sociedade moderna e intelectuais “iluministas”. Esses que, quando a questão era o sexo feminino, tornavam-se anti-iluministas. Nesse sentido, meditaremos sobre sua crítica àqueles que utilizaram a filosofia, as ciências e as artes em vista do embrutecimento, ao negarem as mulheres o direito ao esclarecimento, como também por marcharem na contramão da sociedade que se autoproclamava racional, progressista e das luzes.

Em vista de trazer a crítica literária-filosófica de Francisca Senhorinha aos filósofos e moralistas modernos, é essencial compreendemos que a autora publicou em uma época em que a escrita tinha cor e sexo, ou mais precisamente, em que o ato de escrever ou até mesmo assinar o nome em uma publicação, era um privilégio dos homens brancos. É dentro desse contexto opressivo, que a tentativa da redatora mineira de trazer à luz um periódico voltado à emancipação feminina, de trazer para

---

<sup>2</sup> Os textos da Francisca Senhorinha (sua obra) citados neste artigo, foram escritos no século XIX. Dessa maneira, não estão, logicamente, de acordo com a última reforma ortográfica da língua portuguesa. Por essa razão, resolvemos atualizar a escrita, como também alguns sinais de pontuação, sem, no entanto, alterar a estrutura (sintaxe) e os sentidos (semântica) contidos nos textos originais.

o espaço político e social as vozes excluídas, rompeu com uma sociedade em que as letras raramente eram associadas às mulheres, em que as mulheres eram concebidas pelos intelectuais como estando na menoridade e na fragilidade.

A autora mineira, se contrapôs a uma civilização que estava alicerçada na relação opressiva entre a sociedade marital e a cristã<sup>3</sup>. Nesse caso, rompeu com um dos alicerces do patriarcado: o secular uso da religião como modo de subordinar a mulher, a ideia de que o homem é chefe tanto da casa quanto da vida pública, sendo a mulher lançada como um mero objeto do lar, um ente ao poder do homem. Desse modo, expôs as antíteses que vieram à tona da consequência sistêmica dessa relação, ou seja, a cruel dominação que o homem infligiu sobre a mulher. Em suma, sua obra é marcada pela denúncia, a crítica a visão exclusivista e debilitante que aprisionou o sexo feminino por séculos, uma sociedade que categorizou a mulher como um objeto ou um ser fraco, que a tantalizou, ridicularizou, subordinou ao poder de um tirano, nas palavras da escritora, “essas injustiças das malignas opiniões da sociedade é o resultado da autocracia marital [...] o homem que torna-se tirano de sua mulher ou seu déspota senhor” (DINIZ, 1889a, p. 2).

É por causa dessa sociedade opressiva, que Francisca Senhorinha antolhou que a mulher foi concebida como um traste de casa, como um móvel ou objeto necessário à vida doméstica, privada do contato com o exterior, a não ser que estivesse acompanhada (tutelada) por algum homem familiar. Dessa maneira, o sexo feminino funestamente jazia subsumido ao domínio tirânico de qualquer macho, esse que utilizou todos os ardis e cometeu as piores injustiças contra a mulher somente para manter-se no poder, para vangloriar-se de uma suposta

---

<sup>3</sup> Sobre essa relação, Francisca Senhorinha não criticou necessariamente o cristianismo. Pelo contrário, esse teve um espaço importante dentro da vida e da obra da professora mineira. Entretanto, mesmo não criticando claramente a relação “patriarcalismo e cristianismo”, essa questão pode ser pensada a partir da análise de alguns dos seus textos. Por esse motivo, sua crítica ao cristianismo e a sociedade marital, apareceu precisamente, quando elucubrou contra aqueles que utilizaram a religião para oprimir e para prorrogar as desigualdades de direitos entre homens e mulheres, em suas palavras: “O Deus dos cristãos nos manda, no encerramento do Decálogo, amai-o ao próximo. A mulher é o próximo, não é cousa, traste de casa etc., como muitos homens desnaturados tratam-na. Logo, deve, como ele, gozar de todos os privilégios, de todos os benefícios que aos mesmos são facultados” (DINIZ, 1875d, p. 2).

“superioridade”, mas no fim, o seu desejo pelo poder, foi apenas um modo em que tentou esconder (pela fuga a fantasia) a sua loucura e a sua fraqueza.

Foi nesse contexto de tutela e propagação da ignorância feminina, do alocar as mulheres como um objeto de casa ou estando sob o poder de um homem, que a sociedade levou-as ao silenciamento. E por terem sido silenciadas (em sua grande maioria), não puderam trazer à luz qualquer contribuição literária ou filosófica. E aliado a esse apagamento, exigia-se aquelas que rompiam o silêncio (imposto pelo patriarcado), a necessidade da aprovação marital<sup>4</sup> para a publicação de todo e qualquer trabalho intelectual.

Ademais, no funesto quadro geral desse apagamento (particularmente até os fins do século XIX), sabemos que a maioria das mulheres, com pouquíssimas exceções, permaneceram no aprisionamento e no embrutecimento, isto porque não tinham acesso ao conhecimento da filosofia, das ciências e das artes. Aliás, tal conhecimento era amiúde ofertado somente ao sexo masculino, e por sua vez, negado a grande parte das mulheres<sup>5</sup>. É dentro dessa negação sistêmica que, o sexo masculino, em seu devaneio, utilizou até mesmo a razão para arguir a respeito de sua suposta superioridade. Contudo, isso não conseguiu calar a voz potente de Francisca Senhorinha (como também de inúmeras outras mulheres), essa que se colocou contra os dispositivos de opressão e de apagamento da sociedade falocêntrica, que em todas as suas publicações jornalísticas, criticou essa sociedade, e não apenas isso,

---

<sup>4</sup> A respeito da necessidade da permissão do marido para que houvesse a publicação de qualquer texto, a redatora do *Sexo Feminino* questionou: “sendo escritora, não pode publicar suas obras sem o consentimento do marido, etc., etc., etc!... Perguntamos – Até onde deverá estender o império da proeminência marital?” (DINIZ, 1889b, p. 3). Ademais, dentro da escrita feminina do século XIX, temos um caso interessante acerca da problemática da permissão marital. Esse é o caso da obra de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863), escritora gaúcha que só pôde publicar depois de separar-se do seu marido em 1843. Por conseguinte, trouxe à tona em 1845 o livro literário-filosófico *O Ramallete: ou flores escolhidas no jardim da imaginação*. Sobre a separação da literata gaúcha, a escritora doutora Hilda Agnes Hübner Flores escreveu: “Este inusitado ato jurídico que, mesmo sem valor legal [...] Ocorrido em oito de agosto de 1843, o divórcio [...] conferiu a Ana Eurídice poderes e responsabilidades, de chefe de família [...] O divórcio trouxe ainda outra regalia para a escritora. Liberta da necessidade do consentimento do marido para publicar – limitação que perdurou oficialmente até as últimas décadas do séc. XIX – pode editar sua obra” (FLORES, 1991, p. 30-31).

<sup>5</sup> A própria Francisca Senhorinha, aliada indiretamente a outras intelectuais brasileiras do século XIX, como Nísia Floresta (1810-1885), Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863), denunciaram, em suas obras literárias, filosóficas e jornalísticas, essa negação sistêmica.

propôs que todas as mulheres fossem ouvidas, que verdadeiramente tivessem uma participação ativa na civilização<sup>6</sup>.

Além desses mecanismos de silenciamento, o próprio ato da mulher escrever ou de assinar o seu nome, era visto pelos pessimistas como algo digno de chacota e humilhação pública. Inclusive, esses seres retrógrados, utilizavam todos os tipos de barbarismos para colocar as mulheres sob a “égide” dos mais variegados preconceitos. Entretanto, apesar desse contexto de opressão e silenciamento no qual a sociedade patriarcal continuava alicerçada<sup>7</sup>, Francisca Senhorinha estava consciente e convicta de que não podia retroceder, não podia se calar perante as injustiças causadas pelo “sexo forte”. Por essa razão, era antes de tudo fundamental prosseguir com a luta, enfrentar os pessimistas, incrédulos e retrógrados, nas palavras da autora:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*. Tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso. Riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade de Campanha. Agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*. Persigam os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopistas. *O Sexo Feminino* aparece, há de lutar, e lutar até morrer, morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido (DINIZ, 1873b, p. 1).

Portanto, ao apresentar ao público o seu periódico *O Sexo Feminino*, tendo como causa a libertação das mulheres, não se calou perante aqueles que levantaram as vozes contra esse empreendimento. Por esse motivo, se colocou em prontidão, não retrocedeu perante a possibilidade de luta, do enfrentamento da racionalidade

---

<sup>6</sup> Isso é claro nas seguintes palavras de Francisca Senhorinha (1975c, p. 2), presentes no artigo *A racional emancipação da mulher*, “Enfim, a ideia principal é abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo. É tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos de ensino superior. Ouvi-nos! Temos até aqui sofrido resignadas toda a sorte de humilhações e de injustiças. Agora, porém que a taça transbordou, ousamos levantar nossas débeis vozes pedindo-vos, repitamos: reparação dos vossos erros e de vossas injustiças. A mulher tem sido oprimida, escarneada, ludibriada, tem vivido quase que semimorta [...]. Tudo quanto havemos dito, e o que lemos nos diversos noticiários, animam-nos a consertar em nossos corações a crença de que será aceita nossa ideia, ampliada e posta em prática. É chegada a época de reformas. Vemos despontar nos horizontes de várias nações uma nova era de prosperidade e de justiça para o nosso humilhado sexo”.

<sup>7</sup> Francisca Senhorinha, utilizou o termo “patriarcal” pela primeira vez em nove de junho de 1889, quando criticou a condição das mulheres nas civilizações patriarcais: “Que triste condição a da mulher nas eras que chamamos patriarcais! Não era o seu olhar amante que buscava na turba dos homens o esposo escolhido de sua alma. O direito da escolha pertencia ao pai ou aos irmãos mais velhos. O seu dever era seguir o esposo designado, embora desconhecido” (DINIZ, 1889c, p. 1).

contra a imbecilidade. E mesmo em frente a perigo iminente, não deixou de lutar em favor da causa de sua existência, perseguiu até o fim.

Enfim, com os seus jornais<sup>8</sup>, a autora mineira tornou-se uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XIX, uma das primeiras a levantar a voz em vista da causa feminista, como também uma das primeiras redatoras tupiniquins, ao lado de outras, como é o caso da professora e literata argentino-brasileira, a redatora do jornal *Das Senhoras*, Juana Paula Manso (1819-1875), ou ainda a redatora do *O domingo*, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1816-1874).

### **O barbarismo presente na época das luzes**

Para iniciar a discussão sobre a crítica da Francisca Senhorinha aos pseudointelectuais<sup>9</sup>, como também a tentativa desses de arguir sobre a “inferioridade feminina”, iniciemos com o texto *Minhas Patrícias*, publicado pela professora mineira em 14 de setembro de 1873. Nesse breve texto, a autora alçou sua voz em direção às suas conterrâneas, pedindo para que levantassem a bandeira, que lutassem pelo direito de serem indivíduos, de participarem da vida pública ativamente.

Por conseguinte, em vista de trazer a luta a causa feminina (as vozes apagadas ou silenciadas), causa essencial para a concretização de uma sociedade que se nomeava progressista e das luzes, compreendemos que Francisca Senhorinha, no seu artigo *Minhas Patrícias*, concebeu que na sociedade em que as mulheres são percebidas pela fragilidade e pela impotência, como produto ou objeto de prazer do homem, que em tal sociedade, o que reina não é a luz esclarecedora da razão, mas a barbaridade da ignorância.

---

<sup>8</sup> Francisca Senhorinha foi a redatora dos seguintes jornais: *O Sexo Feminino*, *Primavera*, *Voz da Verdade* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

<sup>9</sup> Na verdade, o vocábulo que Francisca Senhorinha (1874b, p. 1) utiliza é “pseudo-mestres”, esse o qual, é um possível sinônimo para o termo que utilizo com frequência nesse artigo (pseudointelectuais).

Ademais, em uma civilização em que o falo é a característica demarcatória, e pelo qual, indivíduos egoístas tentam afirmar a sua “onipotência”, em tal lugar, a própria razão não passa de meio para a maquinação daqueles que ao conceberem a mulher como um objeto, subjugaram-na e lançaram-na “barbaramente à última escala social” (DINIZ, 1873c, p. 2). E aliás, foram esses indivíduos retrógrados (em última instância irracionais), que em vista de continuarem no poder, como também para “justificar”, “o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos vítimas” (DINIZ, 1873c, p. 2), subsumiram a mulher a categoria de “sexo frágil”, destituída de capacidade física ou intelectual.

Dessa maneira, ao utilizar o falo como objeto demarcatório, o “sexo forte” criou os meios para prosseguir no poder. E para permanecer nesse ato de potência (na negação de sua impotência), negou a mulher todas as capacidades que são direito do ser humano. Logo, “esqueceu” de perceber o mundo verdadeiramente, no sentido de que não compreendeu os fatos históricos como são dados, como também os meios pelos quais são construídos. Ao contrário disso, o homem forjou sua própria versão do real. Essa que, na verdade, não passava da mera máscara pela qual impôs à mulher o seu delírio tirânico.

Portanto, é por causa de uma tal realidade, que Francisca Senhorinha escreveu a respeito da essencialidade de focar ou vislumbrar a nossa civilização verdadeiramente, no sentido de olhar claramente para aquela que foi esmagada: “pela manopla de ferro de qualquer bárbaro” (DINIZ, 1873c, p. 2). E desse modo, trazer à tona esse bárbaro, desmascará-lo, mostrar que a concepção da mulher como “inferior” ou “frágil”, não passou de um ardid criado por um arlequim, um indivíduo que ignorou conscientemente a racionalidade, caindo na imbecilidade de uma pseudointelectualidade.

É nessa sociedade de retrógrados e egoístas, no qual o homem pegou para si os papéis mais elevados, que a escritora mineira lançou sua voz, rompeu com o silêncio e “rasgou” os papéis que eram atribuídos às mulheres. Dessa maneira, escreveu e criticou essa civilização de bárbaros e irracionais. Por esse motivo,

indagou: “Qual papel representa a mulher na sociedade?” (DINIZ, 1873c, p. 2). Dito em outros termos, qual é o papel da mulher na sociedade “civilizada” e agraciada pela “luz” da razão? Soturnamente, a resposta a essa indagação, “cortou” a voz e a pena da autora mineira, pois o que ela encontrou como sendo o “papel” da mulher (o resultado causal da opressão masculina), foi também algo criado pelo homem, ou seja, o “papel” de ser um objeto de casa, de ser e está dominada pela prepotência de qualquer macho.

Nesse sentido, apercebeu que as características que normalmente são atribuídas as mulheres, são no fundo criações masculinas, as maneiras pelas quais os homens aprisionaram e apequenaram o sexo feminino, visto que: “Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem” (DINIZ, 1873c, p. 2). Logo, vemos o fatídico retrato da civilização das “luzes”, a saber: a mulher continuou sendo oprimida, lançada ao “papel” de objeto para a dominação, categorizada como “sexo fraco”, percebida como um ente eternamente na menoridade (uma criança que deveria estar sob o cuidado do homem familiar).

É a partir dessas constatações, que a filósofa considerou essencial que aquela que compõe mais da metade do gênero humano, sendo dotada de racionalidade, da capacidade de pensar, meditar e inteligir sobre os saberes das ciências, das letras e das artes: “deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta” (DINIZ, 1873c, p. 2). Além disso, caso essa sociedade continue a negar-lhe os seus direitos, então, tal sociedade estará emergida na barbaridade e na ignorância, na escuridão que abarca todos os povos que tapam os olhos para não ver o real, que vivem mascarados pelo obscurantismo de sua pseudoculticidade.

Por conseguinte, articulou que a instrução da mulher é a principal maneira de quebrar as correntes, de fazer luz sobre a escuridão da barbaridade masculina (abrir os olhos para o real). E com esse reluzir, destruir: “as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxeiam os pulsos e aviltam a própria dignidade” (DINIZ, 1873c, p. 2). Dessa maneira, a instrução era o primeiro passo para “fazer”

luz. Era a cruzada racional que possibilitaria as mulheres tanto o imergir dentro do mundo do saber, como também superar as injustiças causadas pelo suposto “sexo forte”.

No final da primeira parte do texto *Minhas Patrícias*, Francisca Senhorinha elucubrou sobre a batalha que o sexo feminino tem que travar para conseguir vencer os preconceitos e prejuízos provindos dessa sociedade de egoístas e retrógrados. Ademais, essa luta em vista do progresso feminino, não seria marcada pela dor ou sangue do outro, pelo contrário, teria como égide a igualdade de direitos, de espaços, de vivência e poder. Por essa razão, a luta defendida pela filósofa tinha como alicerce a busca pela equidade. Em vista disso, as mulheres estariam munidas das “armas” da inteligência, lançando as suas vozes para protestar contra as desigualdades e os sacrifícios históricos que lhe foram impostos<sup>10</sup>.

Na segunda parte do artigo *Minhas Patrícias*, publicado em 20 de setembro de 1873, a literata mineira focalizou sua crítica naqueles que, mesmo na era da razão, continuaram a fundamentarem suas concepções na ignorância, no não-esclarecimento. Inclusive, essa desvairada fundamentação decorria, quando as questões que eram objetos de dúvida, suspeição e refutação eram os seus privilégios. Dessa maneira, proferiu as seguintes palavras sobre a sociedade dita das “luzes”, e por consequência, dos intelectuais “esclarecidos”: “Não há maior erro, mais triste ingenuidade do que dizer-se que o século XIX é o século das luzes” (DINIZ, 1873a, p. 1).

A argumentação da escritora mineira sobre esses pseudo-iluministas, permite-nos interpretar e problematizar que, apesar dos intelectuais da sociedade moderna terem volvidos as luzes da razão para compreender ou explicar o mundo, a maioria daqueles não questionou e nem meditou acerca da sujeição das mulheres. Sujeição

---

<sup>10</sup> Francisca Senhorinha chamou todas as mulheres para vim a imprensa, para que rompessem com os silêncios e os espaços de silenciamentos. Dessa maneira, somente: “quando os olhos do espírito culto de todas as mulheres virem as injustiças, o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos vítimas, então o nosso triunfo será completo, porque formaremos uma cruzada que tudo vencerá. Principiemos a reagir contra o despotismo do homem, e o primeiro passo seja este, habituando-nos a vir à imprensa exprimir os nossos pensamentos” (DINIZ, 1873c, p. 2).

que encontrou abrigo, ou melhor dizendo, encontrou alicerces nas obras dos filósofos e moralistas “iluministas”.

Em plena época das “luzes”, os indivíduos “esclarecidos” continuaram (na sua tirania falocêntrica) a conceber as mulheres como um utensílio ou objeto do lar, vislumbradas como um brinquedo exposto para o prazer macabro masculino. Aliás, os indivíduos do “sexo forte”, em vista de manter o seu desejo de poder fazer e conceber, ao menor sinal de resistência feminina, de crítica aos “esclarecidos”, já se preparavam para o combate, para prosseguir na sua tirania, em outras nas palavras: “o combate travou-se, e o inimigo já começa a mover-se nos arraiais contrários!” (DINIZ, 1873a, p. 1).

Em corolário, Francisca Senhorinha alertou a respeito da necessidade de conhecer onde esses inimigos (os pseudointelectuais) se escondem ou o que desejam eternizar, a saber: “a ignorância da mulher”. Além disso, esses pseudointelectuais, para terem sucesso no seu “maquiavélico” ardil, utilizaram como arma a “ciência,” ou melhor dizendo, uma pseudociência<sup>11</sup>. Entretanto, todas as tentativas dos supracitados de arguir “cientificamente” sobre a “inferioridade” feminina, além de estancar e avultar a contradição que abarca uma sociedade que se diz “esclarecida”, que faz de tudo para a manutenção da ignorância do outro, denota que tais contradições são, na verdade, sinais de impotência, e *per se* indicam tanto a falência como também a superficialidade dos “esclarecidos”, “racionais” ou “homens de letras”.

---

<sup>11</sup> Ao utilizar o termo “ciências”, amiúde enquadrado dentro das ciências tanto a moralidade como também a filosofia. Ademais, não mencionou o termo “pseudociência”. Entretanto, podemos interpretar ou aduzir esse termo a partir de sua crítica aos intelectuais autônomos “racionais” e “iluministas”. Tais pensadores que, quando o assunto era a questão da emancipação feminina, tornavam-se irracionais, ou pelo menos esqueciam de vislumbrar as coisas pela razão e pelo esclarecimento. Logo, Francisca Senhorinha concebeu esses filósofos, cientistas e moralistas da seguinte maneira: “Mal grado a improgessibilidade de alguns cérebros masculinos que têm querido achar a pretensa utopia de nossa ideia até em diferenças fisiológicas, do cérebro, e do todo físico da mulher relativamente ao homem, diferenças que no dizer deles fazem ver que na mulher só há sensibilidade, somente coração e (heresia psicológica) quase ausência de razão, constituindo meras e raras exceções as mulheres ilustradas e sabias que têm figurado na república literária. Mal grado esses cegos que não querem ver, aparece clara e manifestamente a verdade, a ideia que sustentamos e afagamos” (DINIZ, 1874, p. 2).

Isto posto, apesar da Senhorinha não citar no artigo *Minhas Patrícias*, os nomes desses falsos moralistas, podemos apontar alguns dos intelectuais que se encaixam na categoria dos que manipularam a filosofia e a moralidade em vista de fomentar certos estereótipos<sup>12</sup>. Dessa maneira, dentro da filosofia, podemos citar Montesquieu (1689-1755)<sup>13</sup>, que no livro *O espírito das leis*, ou mais precisamente, no *livro sétimo* do supracitado, elucubrou sobre as condições das mulheres nos mais diversos governos. Desse modo, proferiu que num regime de tirania, a mulher representa ou identifica-se com o objeto luxuoso, enquanto que em outros regimes ela traz à cena o luxo. Além disso, para além da questão do luxo, declarou que caso fosse outorgado a liberdade para as mulheres na lei (o não ser subsumida a objeto ou a objetificação), então haveria o temor: “de que a liberdade das mulheres crie casos. Suas briguinhas [...] seus ciúmes, suas birras” (MONTESQUIEU, 1996, p. 113).

Ademais, no *O espírito das leis*, narrou sobre um certo costume dos *sammitas*. Esses que em algumas ocasiões elegiam o melhor entre os seus habitantes homens, e permitiam que esse escolhesse a mulher que desejasse. Ao falar sobre esse costume, o ilustre filósofo deixa escapar parte do seu machismo “escroto”, ao cabo que elogia: “Seria difícil imaginar uma recompensa mais nobre, maior [...] mais capaz de agir sobre um sexo e o outro (MONTESQUIEU, 1996, p. 118).

Consequentemente, podemos alocar dentro da categoria dos falsos moralistas o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). E fazemos tal coisa, para mostrar que até mesmo o egrégio cidadão de Königsberg, esse que é um dos grandes nomes da filosofia ocidental, em suas *Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime*, ao invés

---

<sup>12</sup> No decurso desse artigo, amiúde nominamos alguns dos grandes filósofos ocidentais de “pseudointelectuais”. Entretanto, é essencial informar que fizemos tal coisa para denotar que esses pensadores, quando o assunto era o poder fálico, ignoravam o real e defendiam suas fantasias. Por esse motivo, tornavam-se pseudointelectuais. Desse modo, não podemos ignorar as partes das obras dos supracitados que são marcadas pela recusa à razão. Logo, não podemos nos submeter ao silêncio, ao silêncio daqueles (comentaristas e “fã clubes” de filósofos) que utilizam ou empregam a crítica ao anacronismo (devido a uma visão ideológica de anacronismo) como um modo de fugir ou evitar que seus “heróis” e “ídolos” sejam colocados como objetos da crítica. Portanto, pensamos o anacronismo como uma ferramenta para a crítica filosófica-literária.

<sup>13</sup> Na verdade, o nome do filósofo é Charles-Louis de Secondat. Mas esse ficou conhecido pela alcunha “Montesquieu”. Aliás, tal alcunha tem origem no cargo de nobre que aquele ocupou na monarquia francesa, ou seja, foi o barão de Montesquieu.

de construir suas argumentações na racionalidade ou no esclarecimento, alicerçou o seu pensamento no velho machismo da sociedade setecentista-oitocentista. Além disso, apesar de tecer apontamentos importantíssimos acerca do Belo e do Sublime nas duas primeiras seções (partes) das *Observações*, na terceira e quarta seção, nos deparamos com um Kant marcado pelo machismo, racismo e pela xenofobia<sup>14</sup>.

Enfim, percebemos que nesse texto, Kant se esqueceu (conscientemente) da crítica racional, do posicionamento que se funda na tão adorada razão dos modernos. Desse modo, levado pela não-racionalidade, propagou uma visão machista, especialmente na terceira seção das *Observações*, na qual se colocou entre aqueles que defendem a bandeira da falaciosa tese que é a “superioridade masculina”.

Na terceira parte do seu livro sobre o Belo e o Sublime, trouxe à tona a sua concepção machista a respeito da capacidade cognitiva das mulheres. Dessa maneira, defendeu que o conhecimento profundo das ciências e das artes pertence somente ao homem. Esse que é categorizado como sublime. Já em relação à mulher, alocou-a na categoria do belo. E por consequência, afirmou que aquela é incapaz de compreender os saberes provindos das ciências ou de contemplar a arte verdadeiramente. Além do mais, afirmou que a bondade, a compaixão e o decoro

---

<sup>14</sup> Na quarta seção das *Observações*, Kant pensou o Belo e o Sublime a partir de concepções racistas e xenofóbicas. Vejamos o que diz o filósofo: “Se lançarmos um rápido olhar nos outros continentes, encontraremos o árabe como o homem mais nobre do Oriente, dotado, porém, de um sentimento que muito degenera em extravagância [...] Os indianos possuem um gosto dominante para o caricaturesco [...] Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo [...] Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas ” (KANT, 2018, p. 112-114). Além do mais, esses apontamentos aparecem em outras obras do Kant, como é o caso dos seus textos antropológicos, a saber: *Determinação do conceito de uma raça humana* e *Das diferentes raças humanas*. Dessa forma, na *Determinação do conceito de uma raça humana*, defendeu a seguinte teoria racista: “Agora se sabe que o sangue humano torna-se preto [...] meramente por estar sobrecarregado com flogisto [...] Ora, o forte odor dos negros, que não pode ser remediado mediante qualquer tipo de depuração, já dá ensejo para supor que a sua pele elimina uma grande quantidade de flogisto do sangue” (KANT, 2012, p. 41). No texto *Das diferentes raças humanas*, o filósofo adicionou as seguintes informações a sua teoria racista acerca da “pretidão” e do “odor” provindo da pele negra: “Por outro lado, o calor mais úmido do clima quente tem de mostrar efeitos em um povo [...] O crescimento das partes esponjosas do corpo teve de aumentar no clima quente e úmido; por isso, um volumoso nariz arrebicado e lábios grossos. A pele teve de se tornar oleosa, não apenas a fim de mitigar a forte transpiração, mas para evitar a nociva aspiração da umidade putrefata do ar. A abundância de partículas de ferro, que comumente são encontradas em qualquer sangue humano e aqui é diminuída na substância celular através da transpiração de ácidos fosfóricos (razão pela qual todos os Negros fedem), causa a pretidão que transparece na epiderme [...] surge o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento, ágil; mas, que, ao abrigo do rico suprimento alimentar da sua terra natal, [também] é indolente, mole e desocupado” (KANT, 2010, p. 20-21, grifo do tradutor).

são características essenciais do sexo feminino, como também a futilidade, o gostar de se enfeitar e ouvir elogios.

Sobre a capacidade de discernimento propriamente dita, asseverou que o sexo feminino, igualmente ao homem, é passível do esclarecimento. Entretanto, na sua concepção, o entendimento da mulher jamais chega a ser profundo. Ademais, o machismo presente nesse texto está tão explícito, que percebemos claramente o sentimento de desprezo e escarnecimento do filósofo por aquelas mulheres que conseguiram (mesmo sendo excluídas) adentrar na ciência e na filosofia:

A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego [...] ou que trave disputas profundas sobre mecânica [...] só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de /52/ profundidade a que aspiram. O belo entendimento elege como objeto tudo aquilo que é muito aparentado com o sentimento refinado, e abandona especulações ou conhecimentos abstratos – úteis, porém áridos – ao entendimento diligente, sólido, profundo (KANT, 2018, p. 72-73, grifo do autor).

Portanto, tanto o culto à aparência externa, como também o louvor a vaidade presente nos livros dos pseudomoralistas (como é o caso de Montesquieu e de Kant), são algumas das expressões ou das vis artimanhas providas das penas daqueles que esqueceram o esclarecimento. Ao passo que segundo Francisca Senhorinha (1873a, p. 1), é fundamental cultivar a inteligência (e não a vaidade), a capacidade interna de nossa existência, porque somente o espírito deve reluzir perante as trevas. Na verdade, somente esse espírito (iluminado pela razão), pode trazer a superação dos estereótipos ostentados pela vil voz daqueles que continuam a utilizar o seu espaço de poder para oprimir e dominar.

Destarte, com a crítica da filósofa aqueles que utilizaram a filosofia e a moralidade para provar a suposta “superioridade masculina”, compreendemos que apesar de não citar os nomes desses intelectuais, sua crítica engloba todos aqueles que com seus textos e discursos preconceituosos, corroboraram com o aviltamento que decaiu sobre as mulheres. Logo, percebemos também que nem mesmo aqueles que deveriam ser verdadeiramente esclarecidos (os filósofos), deixaram de marcar a

si e as suas obras pelo machismo ou pelos prejuízos que fundamentaram a sociedade falocêntrica, razão pela qual não poderíamos deixar de citá-los nesse artigo.

### **Iluminismo e anti-iluminismo**

Francisca Senhorinha, escreveu e lutou contra uma sociedade que mesmo na época das “luzes”, continuou a aprisionar a mulher em uma sub-humanidade. Uma sociedade que percebeu o sexo feminino como não-humano (não-homem), e que por causa dessa percepção, submeteu metade dos seres humanos ao poder do falo. Por essa razão, a obra da filósofa mineira, vem à tona em uma época em que os filósofos e intelectuais “iluministas”, ou influenciados pela era da razão, quando o assunto era a questão feminina, pareciam antes de tudo anti-iluministas ou irracionais. Desse modo, esses pensadores, em vista de arguir sobre o que denominavam “inferioridade feminina”, “sexo fraco” ou “belo”, não tomavam como alicerce a razão, mais meros preconceitos.

É dentro desse contexto contraditório e turbulento, que Francisca Senhorinha publicou em primeiro de novembro de 1873, um artigo denominado *Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caráter de suas filhas*. Nesse breve texto, ao meditar sobre a emancipação e libertação feminina, expressou as seguintes palavras: “A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrução, no amor ao trabalho, trar-lhe-á não só a felicidade própria, como a felicidade de toda a humanidade” (DINIZ, 1873e, p. 1). Contudo, a escritora mineira estava ciente que, para as mulheres poderem alcançar essa felicidade, teriam antes que derrubar alguns dos alicerces que guiavam a sociedade oitocentista, ou para ser mais preciso, teriam que refutar aqueles que defendiam a estúpida tese da “menoridade feminina”.

Entretanto, na era do “esclarecimento”, o patriarcalismo soturnamente continuou a exercer sua atroz influência nos costumes, nas leis, nas ciências, nas artes, na literatura e na filosofia. Por essa razão, para manter uma falsa moralidade ou uma concepção de mundo que vislumbrava e identificava o homem ao poder,

enquanto lançava a mulher na menoridade, utilizou-se até mesmo dos intelectuais modernos (ou será o contrário?). Desse modo, munidos de “puro” preconceito, tais pensadores não permitiram e nem permitiriam que os alicerces de suas fantasias fossem derrubados facilmente.

Além disso, as raízes patriarcais estavam tão cristalizadas na sociedade das “luzes”, que vemos seus asseclas entre aqueles que ficaram conhecidos pela alcunha de “enciclopedistas”<sup>15</sup>. Desses intelectuais, citemos o escritor francês Joseph-François-Edouard de Corsembleu Desmahis (1722–1761), que no seu verbete *Mulher*, ao delinear as diferenças entre o sexo masculino e o feminino, afirmou: “A natureza colocou de um lado a força e a majestade, a coragem e a razão; de outro, as graças e a beleza, a fineza e o sentimento” (DESMAHIS, 2015, p. 119). Logo, vemos aqui um claro exemplo de um dos muitos pensadores que, alicerçados em uma filosofia ou moral parcial (quando o assunto era a defesa do poder fálico), propagou e defendeu por meio das letras as mais incoerentes e irracionais teses.

Por conseguinte, esse pensador iluminista, esquecendo o esclarecimento da era das “luzes”, antolhou na mulher a ausência de uma das principais características que diferem o ser humano dos demais animais, a saber: a capacidade de pensar. E além de negar a racionalidade à mulher, alocou-a ou prendeu-a nos velhos preconceitos da sociedade autoproclamada moderna. Por essa razão, afirmou que, por natureza, a mulher tinha como qualidades o ornar-se, o ser belo ou ainda a capacidade infinita de sentir.

---

<sup>15</sup> No sentido aqui empregado, o termo “enciclopedista” se refere a tentativa de alguns pensadores do século XVIII, de trazer à tona um dicionário universal e racional (ou que tente abranger o conhecimento de forma universal) acerca das mais diversas artes e ciências. Por essa razão, esses intelectuais ficaram conhecidos pelo epíteto “enciclopedistas”. Dentre esses pensadores, os mais célebres ou assíduos foram: Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond D'Alembert (1717-1783), Louis de Jaucourt (1704-1779), Antoine Gaspar Boucher D'Argis (1708-1780) e Edme-François Mallet (1713-1755). Além disso, sobre a razão de escrever os volumes da enciclopédia, como também a respeito da questão de que ela não era uma obra de um único indivíduo, mais de vários homens instruídos, é dito: “uma obra como essa não poderia ser de um único homem [...] Um dicionário universal e razoado das ciências e das artes não pode, portanto, ser obra de um só homem. Digo mais. Não creio que possa ser obra de nenhuma das sociedades literárias ou eruditas que existem, tomadas separadamente ou como corpo [...] essa obra só poderá ser realizada por uma sociedade de homens de letras e artistas dispersos, cada um ocupado com sua parte, ligados pelo interesse geral pelo gênero humano e por um sentimento de benevolência recíproca. Digo *uma sociedade de homens de letras e de artistas*, a fim de reunir todos os talentos” (DIDEROT, 2015, p. 161-163, grifo do autor).

É por causa de tais intelectuais, que conceberam a mulher a partir da menoridade, da inferioridade intelectual e de uma proeminência de sentimento, ou ainda como se aquela fosse um ser imperfeito ou incompleto, que Francisca Senhorinha vislumbrou em tais concepções a marca dos seres retrógrados. Aliás, a respeito dessas concepções irracionais, declarou: “Não, a mulher não é um homem imperfeito, como em suma é o que se pretende fazer acreditar” (DINIZ, 1875c, p. 2). Pelo contrário, a mulher é *per si* uma totalidade. E igualmente ao homem, tem como marca a racionalidade, como também todas as outras faculdades e paixões do ser humano.

Em corolário, embora o enciclopedista supracitado não seja citado em nenhum dos números do *O Sexo Feminino*, podemos ver na obra da filósofa mineira, uma crítica indireta tanto aquele como também a todos os que perceberam as mulheres perante os preconceitos da sociedade patriarcal. Por esse motivo, podemos afirmar que tais pensadores, ao negarem as mulheres a capacidade de entender, se colocaram entre aqueles que foram responsáveis por parte da propagação dos preconceitos que estão arraigados nos cânones literários e filosóficos, como também na própria vivência das sociedades ditas modernas.

Posteriormente, em um artigo publicado em dois de junho de 1889 (no período republicano), nominado *A racional independência da mulher*, vemos sua enfática proposição sobre os pensadores que verdadeiramente merecem o título de iluministas, ou melhor dizendo, sua aceção acerca da essencialidade de que o século da razão, para ser realmente marcado pelo progresso e pelas luzes, deveria ter como uma das suas principais questões, a emancipação feminina. Nas suas palavras:

Pois bem, se o século presente é o século das luzes e o da batalha da civilização – a racional emancipação da mulher não podia nem pode deixar de entrar na arena do combate travado para a restauração dos direitos da mulher [...] Todos os que adotam nossas ideias (e são esses os bons pensadores) concordarão que esta questão [...] merece ser considerada como de grande eminência social [...] Quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todos unirmo-nos e banir de nossas ideias todos os errôneos preconceitos que sufocam e amortecem o passo que tentamos dar em favor do progresso da humanidade (DINIZ, 1889b, p. 1).

Portanto, a era do esclarecimento e do progresso das ciências, das artes e das letras, só laurear-se-ia a si mesma, quando deixasse de ocultar uma das principais questões da humanidade, isto é, a emancipação da mulher. Enquanto a questão feminina permanecesse no plano do esquecimento, a sociedade estaria em constante contradição. No sentido de que, aquilo que os pensadores compreendem como a essência dos tempos modernos – a razão – permaneceria marcada pelo irracional, pelos preconceitos que os “esclarecidos” continuam a propagar.

Voltando para a concepção de Desmahis a respeito do sexo feminino, ou mais precisamente, seu inteligir acerca da relação entre “sexo fraco”, sentimento e beleza, ao analisar o sentimento (a paixão), concebeu a mulher ontologicamente ligada ao amor, em suas palavras: “Li que, de todas as paixões, o amor é a mais adequada às mulheres [...] A alma delas parece ter sido feita somente para sentir, elas parecem ter sido formadas somente para o doce emprego do amor” (DESMAHIS, 2015, p. 123).

A pérola acima, é somente uma das inúmeras irracionalidades (para não dizer imbecilidades) escritas pelos intelectuais que mesmo na modernidade (e na própria contemporaneidade), ao invés de pensarem com a razão, continuaram a propagar velhos pieguismos e preconceitos. São algumas das máximas de “sabedoria” e “discernimento” provindas das obras de pensadores que esqueceram o esclarecimento, e que antolharam no poder do falo a sua vontade de poder.

Até mesmo o mais renomado filósofo iluminista, François-Marie Arouet (1694-1778), conhecido universalmente pelo pseudônimo Voltaire, ao negar a metade do gênero humano uma real capacidade intelectual, foi marcado por pensamentos anti-iluministas. Dessa maneira, apesar de não ter negado que no decurso da humanidade existiram mulheres sábias, não deixou, em última instância, de demarcar o seu pensamento por uma compreensão incorreta acerca da mulher, como também pelo desconhecimento do contexto de exclusão que levou ao aniquilamento ou ao apagamento daquelas que conseguiram adentrar no mundo das letras. Logo, o ilustre filósofo iluminista, por não meditar (conscientemente?) nas

causas da exclusão das mulheres do mundo do saber, concebeu a sapiência feminina somente como exceção. Por esse motivo, concluiu que existiram pouquíssimas mulheres sábias.

Além do mais, no seu *Dicionário filosófico*, ao analisar o sexo feminino no sentido físico e moral, proferiu a seguinte anátema: “Não é espantoso que em todos os países o homem se tenha tornado senhor da mulher, pois [...] ele apresenta uma superioridade muito grande tanto na força corporal como também na espiritual” (VOLTAIRE, 1984, p. 254). Com essa enérgica enunciação, percebemos que o argumento do filósofo para a defesa da “superioridade masculina”, não passou realmente pelo crivo da razão, e sim pelo crivo do falo, da estupidez que marca aqueles (desculpem-nos a expressão “vulgar”) que “trocaram a cabeça de cima pela de baixo”.

Ao analisar a citação acima, parece-nos que Voltaire esqueceu como devem ser estudados os fatos históricos, ou ainda, como o ser humano, no decurso das civilizações, utilizou o seu espaço de poder para tornar a sua verdade uma verdade universal. Dito de outro modo: as maneiras de como as mentiras, mitos, fábulas e narrativas tornaram-se verdades. Nesse sentido, quando o assunto é a causa feminista, Voltaire não se alicerçou na sua compreensão de história, no modo em que um determinado fato ou narrativa aconteceu, quem os testemunhou, o método e as características que utilizaram para pensar ou registrar determinada coisa, nas palavras do autor: “exige-se dos historiadores modernos mais detalhes, fatos mais constatados, datas precisas, autoridades, mais atenção aos usos, as leis, aos costumes” (VOLTAIRE, 2007, p. 25).

Enfim, vemos uma evidente contradição entre a concepção voltairiana de história e sua aceção acerca da inferioridade intelectual e física feminina. Dessa maneira, a contradição se dá porque “esqueceu” de aplicar a sua compreensão de análise histórica a história da opressão das mulheres. Por esse motivo, não analisou a exclusão das mulheres nos mais diversos cânones, não percebeu como as leis e os costumes foram moldados por uma sociedade em que o falo (do homem) era a voz

e a verdade, ou antes em que o homem fazia de sua fantasia a verdade, em que até mesmo as vozes de “autoridade” proviam daqueles que excluía, que tornaram os seus mitos e as suas fantasias as verdades da lei.

### **Retrógrados e pessimistas**

No primeiro número do periódico *O Sexo Feminino*, publicado em sete de setembro de 1873, Francisca Senhorinha já se colocava contra aqueles que alocaram as mulheres na vida doméstica e animal. Nesse sentido, defendeu que não se deve submeter o sexo feminino a vida subalterna, aos labores domésticos. Ao invés disso, todos os pais do Brasil (e do mundo) devem providenciar para as suas filhas uma vida digna. Por essa razão, “mandem-lhes ensinar [...] a literatura (ao menos a nacional e portuguesa), a filosofia, a história, a geografia, a física, a química, a história nacional” (DINIZ, 1873b, p. 1). Dessa forma, somente com a negação do aprisionamento no lar, e com a possibilidade de que as mulheres tenham acesso às ciências, às letras, às artes e a filosofia, que superar-se-á muitos dos preconceitos dos retrógrados e pessimistas.

Com a crítica a sociedade “iluminista”, a redatora do *O Sexo Feminino* não está negando os pressupostos do iluminismo, e sim alertando sobre aqueles filósofos e moralistas que ao esquecerem a racionalidade, caíram na ignorância e usaram a própria razão para defender os seus preconceitos.

Ademais, a filósofa não aceitou ou tolerou os que propagaram essa visão exclusivista e machista. Não se calou ao ouvir o indefensável, a estupidez utilizada como se fosse racionalidade. Por esse motivo, proferiu as seguintes palavras a respeito desses indivíduos retrógrados e do tempo no qual talvez o que dissessem passaria totalmente impune ou sem réplica: “Bem longe vão esses tempos e esses homens cujo pensar jamais há de deixar de ser reprovado e estigmatizado” (DINIZ, 1873d, p. 1). Dito isto, bradou e comemorou o progresso dos tempos, “Saudemos alegres este progresso” (DINIZ, 1873d, p. 1), sendo que a razão dessa comemoração

é, porque agora, ela pode ao menos replicar, ou seja, criticar aqueles que ousaram utilizar a própria filosofia ou a ciência moderna para negar os avanços dos últimos séculos.

Além do mais, podemos interpretar tal saudação como uma pressuposição de que, devemos lembrar que a luta contra os pseudo-iluministas é árdua, visto que esses, sendo retrógrados em relação à causa feminina, se acorrentaram na escuridão de uma “luz” que está alicerçada no falo, na fuga a impotência. Uma “luz” que não tem como base a razão que tudo ilumina, ou que tenta iluminar. Pelo contrário, a “razão” daqueles encobre o real, não permite que vejam o progresso, que reconheçam os seus preconceitos e pessimismos.

No fim das contas, esses seres pessimistas: “deixam de acompanhar a luz do progresso, e no mesmo lugar ficam [...] às escuras [...] talvez porque já perderam ou nunca tiveram o hábito de andar” (DINIZ, 1873d, p. 1). Logo, nunca conseguiram sair do lugar, quiçá olhar para frente e prosseguir na jornada que a própria razão possibilita. Contrariamente, ao invés de marcharem com o progresso dos tempos, vivem e se apequenam na escuridão de sua impotência, na criação e defesa da suposta superioridade masculina e inferioridade feminina.

A respeito desses indivíduos retrógrados, que podem ver e escolhem não olhar o que está à vista, a verdade é que, em última instância, utilizam o irreal (suas falsas concepções sobre o outro) para fugirem da realidade. Dessa forma, esquivam-se do real no suposto “sexo forte”, esse que delimita e enclausura a mulher no “sexo fraco”. Entretanto, esses conceitos foram criados pela arrogância e prepotência masculina, que nem ao menos ousou lembrar do: “espírito da mulher, contentando-se em enfeitar-lhe o físico, lisonjeando-lhe a vaidade” (DINIZ, 1873f, p. 1). Aliás, essas “lisonjas” e “enaltecimentos”, são também algumas das artimanhas que o “sexo forte” empregou para negar as mulheres os seus direitos, para limitá-las a quiméricas conceituações.

Ao que tange a tática de exclusão (a falsa lisonja) supramencionada, é interessante o que Francisca Senhorinha escreveu no artigo *A mulher na Sociedade*,

publicado em 25 de outubro de 1873. Nesse pequeno artigo, questionou se a própria razão estaria de acordo com os argumentos dos que colocaram as mulheres na marginalidade da existência, ao pensarem-nas como seres incapazes de conhecer ou entender, similares a todo e qualquer outro animal que existe no mundo, diferente somente porque têm uma função dentro do lar, ou seja, na organização e execução dos afazeres domésticos.

Ao questionar sobre se a razão (a filosofia) concordaria com esse ardid masculino, com o ato de aprisionar a mulher em: “um perpétuo desprezo, conservado no triste estado de estupidez, que o tornaria pouco acima dos animais domésticos” (DINIZ, 1873f, p. 2), Francisca Senhorinha elucubrou que tal argumentação, na verdade, fere profundamente a razão. Nesse sentido, esse ferimento vem à tona, porque aquele que o causou não tem como alicerce o real, e sim um mero preconceito ou uma desrazão. Para ser mais preciso, pensamos que quando o conhecimento é utilizado como objeto para oprimir, quando deixa de ser razão e torna-se delírio, delírio do homem pela sua autoafirmação, nesse momento, a própria racionalidade torna-se ignorância ou prepotência. E sobre a possível conformidade da razão com a argumentação masculina supracitada, a autora conclui:

De certo que nem a razão a dita, e nem a consciência o persuade; pois o querer que o conhecimento das senhoras se circunscreva tão somente na curta esfera da economia doméstica, e essa mesma talvez administrada sem arte, seria uma empresa tanto injusta, como prejudicial ao bem da humanidade (DINIZ, 1873f, p. 2-3).

É por causa do aprisionamento da mulher na vida doméstica, limitada pela subalternidade, apercebida por muitos pensadores como estando intelectualmente abaixo do homem, do progresso e da razão, que o século do progresso e seus asseclas não se volveram ao real desenvolvimento da humanidade. Ao invés disso, atentaram contra a própria civilização, visto que as suas concepções, além de serem contrárias à realidade, a dignidade e a humanidade, levaram no decurso dos séculos, mais da metade do gênero humano ao enclausuramento em uma sub-humanidade. Dessa maneira, a própria lei (e talvez a razão que fundamenta a lei) subscreveu a mulher na

margem, no não-homem (na não-totalidade), não-humanidade. Portanto, a própria lei privou a mulher de qualquer direito real, tornando-a escrava do direito e do poder de qualquer tirano.

### **Táticas para a exclusão**

A crítica de Francisca Senhorinha aos intelectuais que defendiam (a partir das pseudociências e pseudomoralidades) a “inferioridade feminina”, apareceu mais claramente, nas páginas do periódico *O Sexo Feminino* editadas e publicadas no Rio de Janeiro<sup>16</sup>. Nesse sentido, em quatorze de agosto de 1875, em um artigo nominado *A Mulher*, a autora arguiu sobre as falácias defendidas por aqueles que se volveram à filosofia, à moralidade e à ciência em vista de propagarem as mais absurdas e falaciosas teses.

Desse modo, no seu artigo *A Mulher*, asseverou que em plena época das luzes, alguns indivíduos continuavam a proferir os velhos barbarismos que a modernidade destronou, de maneira que muitos filósofos permaneciam: “negando a mulher: sensação, paixão etc.” (DINIZ, 1875a, p. 1-2). Inclusive, muitos desses filósofos, aperceberam a mulher até mesmo como um mero e supérfluo ser, incapaz de toda e qualquer coisa. Por esse motivo, conceberam mais da metade da humanidade como uma sub-humanidade.

Um dos problemas presente na argumentação desses pseudointelectuais, foi denominado pela filósofa de “erro de definição”<sup>17</sup>. Dessa forma, ao pensarem a esfera da existência da mulher dentro da categoria de mero ente (insignificante ou supérfluo), a compreenderam ou definiram-na erroneamente, pois tomaram como

---

<sup>16</sup> O periódico *O Sexo Feminino*, passou a ser publicado no Rio de Janeiro em 22 de julho de 1875. Sendo que em quinze de dezembro de 1889, passou a ser chamado de *O quinze de novembro do sexo feminino*. Ademais, sua última publicação foi (provavelmente) em seis de dezembro de 1890.

<sup>17</sup> Sobre o erro de definição, a autora afirmou: “Ora, assim definida a mulher por alguns sábios [...] vemos claramente que grande número dos homens, ainda dos mais instruídos, não a compreenderam em seu verdadeiro tipo. Estas e outras definições nada definem. É notório e sabe-se que uma definição é a parte mais difícil das ciências” (DINIZ, 1875a, p. 2).

alicerces de suas argumentações o irreal ou a fantasia. Na verdade, esse volver-se do homem ao irreal, é somente uma tentativa de fuga da menoridade, é o encobrimento de sua imbecilidade.

Por essa razão, as falsas características atribuídas às mulheres são conseqüências do orgulho, da pequenez e da brutalidade masculina. É o resultado da irracionalidade daqueles que se pressupunham “esclarecidos”, e que, todavia, não conseguiam enxergar o real. Por esse motivo, defendiam que: “A mulher *é um ente circunscrito, passivo [...] instrumento, volúvel, em expectativa perpétua*. É o único *ente inacabado* que DEUS permitiu ao homem chamar a si e terminar. É um *anjo de refúgio*” (DINIZ, 1875a, p. 2, grifo da autora). Logo, essas são algumas das definições pelas quais os homens delimitaram o sexo feminino. Definições essas que, a literata mineira constatou como sendo incorretas, ou não se alicerçando no crivo da filosofia ou da ciência.

Além do mais, essa visão ou definição da mulher como uma entidade inútil, à espera de acabamento, na passividade e no não esclarecimento, submissa a instrumentação ou maquinação do homem, apareceu e fecundou-se dentro da própria Filosofia. Aliás, o cânone filosófico, ao se concentrar nessas “ausências”, negou ao sexo feminino a racionalidade, alocando-o na beleza, candura e pureza.

Nesse sentido, filósofos ilustres como Jean-Jacques Rousseau<sup>(1712-1778)</sup>, no *À república de Genebra*, texto que antecede o prefácio do *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*, apesar de não ter negado às mulheres a razão e a sabedoria, não deixou de enquadrá-las dentro de estereotípicos. Por esse motivo, argumentou que as mulheres governam o sexo masculino por causa das “virtudes feminis”, a saber: a amabilidade, a brandura, a insinuância, a doçura e a inocência (ROUSSEAU, 1999, p. 146).

Na concepção do supracitado, as mulheres são as responsáveis pela condição salutar da moral e dos costumes daqueles que compõem o Estado. Logo, são responsáveis pela própria paz. Além disso, dentro daquilo que compreendeu como “império feminil”, defendeu que esse vem à tona por meio da castidade e da pureza

no casamento, em outras palavras: as mulheres tanto dissipam (devido a vida conjugal) as insídias que rondam as famílias como também corrigem o mal comportamento dos homens.

Até mesmo o filósofo que quicá mais influenciou Francisca Senhorinha, Louis-Aimé Martin (1786-1847), manteve também um posicionamento alicerçado em uma visão machista. Por essa razão, aquele pensou a mulher como um sujeito fraco. E devido a essa impotência ou fragilidade, a concebeu como estando em constante espera do casamento, pelo qual se une com o homem, com um ser “naturalmente forte”, um indivíduo que dominou a natureza. Para ficar mais claro o machismo presente em sua obra, citemos algumas de suas pérolas:

O casamento dá ao homem uma companheira, e à mulher um apoio. Reúne sob o mesmo teto um ser forte e um ser fraco [...] A mulher vem e estabelece seu império com carícias [...] O homem luta com a natureza, e cada uma de suas vitórias o torna mais orgulhoso e indomável. A mulher, pelo contrário, suaviza-se e embeleza-se com todas as suas conquistas, e as graças do nosso lar, e as alegrias do nosso bem-estar, são cadeias invisíveis com as quais ela nos atrai para a civilização [...] O homem escolhe ali o que pode excitar a sua coragem, e a mulher o que pode acrescentar à sua beleza (MANTIN, 1842, p. 251-253, tradução nossa).

Sejamos sinceros, não foram somente os filósofos supracitados que marcaram suas obras por compreensões enraizadas no machismo<sup>18</sup>, visto que até mesmo pensadores “ímorais”, críticos da moralidade, também propagaram concepções fundadas no moralismo patriarcal (grego, judaico e cristão). Desse modo, até Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900)<sup>19</sup>, que apesar de chamar a si mesmo no livro *Aurora, reflexões sobre os preconceitos morais* de: “nós, imoralistas” (NIETZSCHE, 2016, p. 13), quando o assunto era a questão feminina, não deixou de ser um

---

<sup>18</sup> Na filosofia, a visão exclusivista e negativa sobre as mulheres não é uma exceção. Dessa maneira, a incompreensão (consciente?) por parte dos filósofos acerca das mulheres é uma regra, um modo em os (pretensos) senhores da razão beberam da fonte da irracionalidade. Inclusive, é possível até mesmo pensar a história da filosofia ocidental, como sendo a história da exclusão, do apagamento do outro.

<sup>19</sup> Dentre os autores que citamos nesse artigo, Nietzsche (apesar de ser contemporâneo da Francisca Senhorinha) é um dos únicos (como também Desmahis) que não é citado pela filósofa em nenhum dos seus jornais. Ademais, quicá a primeira crítica brasileira a (parte da) obra nietzschiana veio à tona somente nos três primeiros decênios do século XX, especialmente nos escritos da Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

moralista. Dessa maneira, no seu *Crepúsculo dos ídolos: ou como se filosofa com o martelo*, elucubrou a seguinte máxima: “A mulher é considerada profunda – por quê? porque nela jamais se chega ao fundo. A mulher não é sequer superficial” (NIETZSCHE, 2017, p. 11). Portanto, nem mesmo Nietzsche em sua genialidade (no que toca a outros temas), deixou de ser passível de crítica. Na verdade, diríamos que a sua inteligência sobre a mulher é *per se* superficial, superficialidade digna de um moralista.

Em corolário, muitos outros intelectuais criaram suas obras e marcaram suas vivências a partir desses mesmos preconceitos. E no fundo, algumas das suas teorias fundamentam o machismo que dominou e soturnamente ainda mostra suas garras na contemporaneidade. Mas de forma geral:

Colocados estes pensadores em falso terreno, não podem definir a mulher pelo modo porque o fazem, pois deixam ver claramente que não conhecem a marcha do organismo, não estudam suas funções, as suas raças, a sua educação, as suas necessidades, os seus tipos (DINIZ, 1875a, p. 2).

Conseqüentemente, percebemos que esses pensadores ignoraram que o conhecimento filosófico e científico requer uma certa imparcialidade. Para ser mais preciso – requer que aqueles que se denominam filósofos ou cientistas – não coloquem suas falácias acima das coisas que aparecem ou que são compreendidas como sendo possíveis verdades. Entretanto, quando analisamos a história do desenvolvimento do espírito e dos sistemas filosóficos ocidentais, ou ainda daqueles que ocuparam o espaço de poder na criação epistemológica, vemos que, quando se trata dos seus privilégios, o homem conscientemente ignorou as contradições presentes em suas noções filosóficas e moralistas. Por essa razão:

Se um tal pensador, hoje em público se apresentar, será taxado de ilógico e desconhecedor das leis e fenômenos naturais. Em uma palavra, o sistema de atribuir inferioridade à mulher com relação ao homem chegou à sua última fase e última hora. Cumpriu o seu tempo. Estejam os pensadores opostos à nossa ideia certos que, enquanto houver uma injustiça legalizada, as sociedades estarão ameaçadas de dissolução (DINIZ, 1875b, p. 2).

Por fim, Francisca Senhorinha constatou que na contemporaneidade, há uma impossibilidade de que, esses pensadores, venham alçar voz para defender a

argumentação ilógica que é a tese da “inferioridade feminina”. Além disso, compreendemos que com as palavras supracitadas, a filósofa mineira estava asseverando que uma sociedade que é regida pela ignorância, como também alicerçada em uma “razão” a favor da ignorância, que tal sociedade está fadada ao fracasso.

### **À guisa de Conclusão**

Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em sua obra jornalística-filosófica, não se calou perante os pensadores retrógrados, perante aqueles que usaram a filosofia e as ciências em vista de oprimir. Desse modo, ao trazermos ao debate contemporâneo algumas das discussões presentes nos volumes do *O Sexo Feminino*, especialmente ao que tange a sociedade que mesmo na era das luzes, continuava ainda no obscurecimento, apresentamos aos leitores do século XXI, a reposta ou a contraposição da filósofa mineira tanto a essa sociedade, como também a esses pensadores automeados “modernos”.

Aliás, ao analisamos a concepção da Senhorinha a partir das duplicidades “luzes” e “obscurecimento”, “esclarecimento” e “barbarismo”, fizemos tal coisa para falarmos ou mergulhamos na linguagem oitocentista (na crítica a essa época). Nesse sentido, apesar desse modo de escrever ser passível de crítica, justifica-se porque a própria filósofa costumava usar uma linguagem análoga, provavelmente devido a influência que recebeu dos teóricos modernos, ou ainda por que usou alguns desses termos para mostrar as contradições presentes na sociedade moderna e nos seus asseclas.

Ademais, o seu posicionamento a respeito dos pensadores pessimistas, veio à tona porque tinha como objetivo, demonstrar que as concepções dos supracitados não se baseavam na razão. Pelo contrário, eram irracionais, frutos da estupidez daqueles que ousavam defender o indefensável, a estúpida tese da “inferioridade feminina”. Logo, sua crítica se direcionou aqueles que ignoravam a verdade e

defendiam uma falsa superioridade, ou ainda que empregavam todos os artifícios para enganar e embrutecer, para negar às mulheres todo e qualquer direito.

Concluimos que Francisca Senhorinha se colocou contra as concepções dos intelectuais que alocavam a mulher na fragilidade, menoridade e inferioridade. Além disso, percebeu nessas proposições ou definições a marca da parcialidade e maldade masculina. Enfim, tal maldade fez-se presente nas obras dos pensadores ocidentais, seja por causa das atroz consequências decorridas de suas imbecilidades (suas errôneas intelecções a despeito do sexo feminino), como também pelo ato de que nem mesmo possibilitaram que as mulheres pudessem falar ou defenderem-se.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

DESMAHIS, Joseph-François-Edouard de Corsembleu. Mulher. *In*: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Rond (org). **Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Volume 5: Sociedade e artes. Trad. Maria das Graças de Souza [et al.]. São Paulo: Unesp, 2015.

DIDEROT, Denis. Enciclopédia. *In*: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Rond (org). **Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Volume 2: O sistema dos conhecimentos. Trad. Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza, Luís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Unesp, 2015.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **[A Hidra da ignorância]. O Sexo Feminino**. Campanha (MG): 20 set., 1873a, ano I, n.3.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A educação da mulher**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 07 set., 1873b, ano I, n.1.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A heroica província de Minas Gerais sempre na vanguarda do progresso**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 04 abr., 1874, ano I, n.27.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A minhas patrícias**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 14 set., 1873c, ano I, n.2.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A mulher no magistério**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 27 set., 1873d, ano I, n.4.

## CADERNOS PET FILOSOFIA

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 14 ago., 1875a, ano II, n.4.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A racional emancipação da mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 22 jul., 1875c, ano II, n.1.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 29 ago., 1875b, ano II, n.5.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A racional emancipação da mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 18 ago., 1889a, ano III, n.8.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A racional emancipação da mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 02 jun., 1889b, ano III, n.1.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A racional emancipação da mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 09 jun., 1889c, ano III, n.2.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **As mulheres da história**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 05 set., 1875c, ano II, n.6.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caráter de suas filhas**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 01 nov., 1873e, ano I, n.9.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **Emancipação racional da mulher**. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 29 jul., 1875d, ano II, n.2.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **O que queremos**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 25 out., 1873f, ano I, n.8.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **Resposta à carta de meu ilustre colega, Olímpio Catão e que se encontra no n. 34**. O Sexo Feminino. Campanha (MG): 08 jul., 1874b, ano I, n.38.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Ana Eurídice Eufrosina de Barandas**. Travessia, Florianópolis, número 23, 1991, p. 15-36.

KANT, Immanuel. **Das diferentes raças humanas**. Tradução e notas de Alexandre Hahn. Kant ePrints, s. 2, v. 5, p. 10-26, 2010.

KANT, Immanuel. **Determinação do conceito de uma raça humana**. Tradução e notas de Alexandre Hahn. Kant e-Prints, s. 2, v. 7, p. 28-45, 2012.

KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime; Ensaio sobre as doenças mentais**. Tradução e estudo de Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Clandestina, 2018.

MARTIN, Louis-Aimé. **The education mothers of families: or the civilization of the human race by women**. Translation Edwin Lee. London: G. J. Palmer, 1842.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. 2. ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Crepúsculo dos ídolos**: ou como se filosofa com o martelo. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VOLTAIRE. **A filosofia da história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Col. Voltaire vive).

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Trad. Bruno da Ponte e João Lopes Alves. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os pensadores).

Recebido 04/07/2023

Aprovado

Licença CC BY-NC 4.0

